



UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
Faculdade de Saúde Pública

AV. DR. ARNALDO, 715 - SÃO PAULO, SP - CEP 01246-904



**Considerações sobre a qualificação de livros
no âmbito da área de Saúde Coletiva**

INTRODUÇÃO

A divulgação, em abril de 2007, dos critérios a serem utilizados pela Comissão de Avaliação (CA) dos Programas de Pós-Graduação (PPG) em Saúde Coletiva, da CAPES, para qualificação de livros (e capítulos de livros), gerou várias manifestações de preocupação, dentro e fora do âmbito dos coordenadores de PPG.

Os critérios vieram acompanhados de uma lista de editoras que, ainda que preliminar, deu origem a muitos questionamentos, por exígua e, parece-nos, focalizada geograficamente.

Não obstante o reconhecimento do esforço que se vem realizando para avançar na qualificação de livros, e também da inegável transparência dada ao processo pelo representante da área, professor Aluísio J. D. Barros, é preciso admitir que não há suficiente amadurecimento desses critérios e que é necessário prosseguir e aprofundar as reflexões sobre o assunto.

É com este propósito que a Faculdade de Saúde Pública da USP apresenta este documento, expressão do que, neste momento, os coordenadores de PPG e orientadores entendem que deve ser considerado na qualificação de livros.

PROCESSO *QUALIS*

A avaliação de PPG pela Capes tem no sistema *Qualis* sua pedra angular, dado o peso que a publicação de artigos em periódicos de impacto assume no processo. O sistema *Qualis* para classificação de periódicos, implantado em 1998, foi concebido pela Coppe/UFRJ, sob a coordenação do prof. Antônio MacDowell de Figueiredo, como parte do projeto de informatização da Capes.

É oportuno assinalar que, por definição, uma das principais características da classificação *Qualis*-Periódicos é ser “temporária, passível de ser atualizada ou revista”.

Resulta evidente que periódicos que perderem impacto, ou não atenderem ao requisito da regularidade de publicação, serão classificados em outra categoria.

Dado o êxito da iniciativa de qualificar periódicos, mais recentemente prosperou a discussão na área de Saúde Coletiva, dentre outras áreas “multidisciplinares”, sobre a adoção de um sistema *Qualis* para classificar livros e capítulos de livros.

Essa discussão vem se desenvolvendo no âmbito do Fórum de Coordenadores de Pós-Graduação em Saúde Coletiva, com amplo reconhecimento das dificuldades inerentes à classificação de livros.

FÓRUM DE MARÇO DE 2007

Nos dias 13 e 14 de março de 2007 o Fórum de Coordenadores de Pós-Graduação em Saúde Coletiva se reuniu, em Brasília, na sede da Diretoria de Avaliação da Capes, tendo na pauta principalmente a classificação *Qualis* de livros.

Um mês após, em abril, os coordenadores de PPG receberam o documento intitulado “*Qualis-livro para a área de Saúde Coletiva – 2007*”, apresentando um relato das discussões do Fórum sobre o assunto, tendo como referência a adoção de “critérios para a classificação da produção científica da Área de Saúde Coletiva”.

No mencionado documento admite-se que,

“a leitura da produção dos programas, ou ao menos de parte dela (...) apresenta dois problemas principais: i. o grande volume de trabalho envolvido na tarefa; ii. o julgamento por pares de um trabalho publicado, resultando na atribuição de uma ‘nota’, está potencialmente sujeito a vieses muito difíceis de contornar. Assim, optou-se por uma estratégia de qualificação de editoras que, embora também sujeita a limitações, permitirá uma classificação mais objetiva da produção”.

CLASSIFICAÇÃO DE EDITORAS

A classificação *Qualis* para livros e capítulos de livros está sendo desenvolvida segundo a perspectiva de aperfeiçoamento gradual, seguindo de certo modo, a trajetória bem-sucedida adotada para desenvolver o sistema *Qualis-Periódicos*. Neste, o foco da classificação é o periódico e não o artigo. Na classificação *Qualis-Livros* busca-se, analogamente, que o foco seja a editora e não o livro ou capítulo, em decorrência das dificuldades operacionais mencionadas. Admite-se, portanto, que para ambas as classificações, tanto periódicos quanto editoras são indicadores válidos para os propósitos avaliativos.

No documento “*Qualis-livro para a área de Saúde Coletiva – 2007*”, afirma-se que,

“a lógica definida difere para as editoras nacionais e estrangeiras. As últimas serão classificadas de acordo com sua relevância para a área e por sua circulação realmente internacional. Aquelas classificadas como de grande circulação são editoras como Oxford University Press, Michigan University Press, Cambridge

University Press, Springer-Verlag, etc. Para as editoras nacionais, serão consideradas para a classificação apenas aquelas que disponham de conselho editorial e que sejam afiliadas a entidades de classe – Associação Brasileira de Editoras Universitárias (ABEU), a Câmara Brasileira do Livro (CBL) ou o Sindicato Nacional dos Editores de Livros (SNEL), a depender se forem editoras públicas ou privadas. Dentre estas, aquelas que i. produziram seis ou mais livros da área no último triênio, ii. que sistematicamente submetem seus livros a revisão por pares ou pelo conselho editorial e iii. que têm distribuição nacional, foram destacadas e terão classificação equivalente às internacionais de grande circulação. Acrescente-se que somente serão classificados produtos com ISBN e que sejam resultado de pesquisa original, não publicados previamente (não serão incluídos, portanto, livros didáticos, traduções e outros trabalhos técnicos). Acordou-se também limitar a contribuição de livros e capítulos a um máximo de 1/3 da produção do programa, para fins de avaliação (sinalizando que a área não deseja que se altere a proporção atual da produção na forma de livros/capítulos e artigos em periódicos científicos).”

Esclarecendo que “*listas específicas para os tipos 2 e 4 estão ainda sendo preparadas e serão divulgadas em breve*”, o documento “*Qualis-livro para a área de Saúde Coletiva – 2007*” é concluído com o quadro reproduzido a seguir:

	Livro	Capítulo
Editoras estrangeiras		
1. Grande circulação e renome	Int-A	Int-B
2. Circulação restrita	Int-C	Nac-A
Editoras nacionais		
3. Editoras destacadas (em ordem alfabética)	Int-A	Int-B
<ul style="list-style-type: none"> • Ed. Contra-Capa • Ed. FGV • Ed. Fiocruz • Ed. Garamond • Ed. Hucitec • Ed. Relume-Dumará • Ed. Vozes 		
4. Com conselho editorial e pertencente à ABEU, CBL ou SNEL	Int-C	Nac-A

Observações:

1. Só serão classificados produtos com ISBN e que sejam resultado de pesquisa original, não publicado previamente.
2. Novas edições serão consideradas como nova produção, enquanto que reimpressões e traduções não serão contabilizadas.
3. A produção qualificada em livros e capítulos poderá compor até 1/3 da produção do programa.

CONSIDERAÇÕES SOBRE A CLASSIFICAÇÃO DE EDITORAS

Nas discussões no âmbito dos PPG em Saúde Pública mantidos pela Faculdade de Saúde Pública (FSP) da USP, houve unanimidade no reconhecimento do avanço representado pela classificação *Qualis-Livros*. Este passo adiante resulta de um importante esforço para desenvolver a área de Saúde Coletiva.

Contudo, há aspectos da classificação proposta que foram objeto de considerações pelos coordenadores e orientadores, muitas em consonância com manifestações havidas logo após a divulgação do documento “*Qualis-livro para a área de Saúde Coletiva – 2007*”.

Assim, cabe assinalar que:

- 1) Livros e capítulos de livros **não são publicações periódicas** sendo, portanto, inadequado deslocar mecanicamente para o sistema *Qualis-Livros* critérios quantitativos próprios e adequados ao sistema *Qualis-Periódicos*. Para estes, há um determinado número mínimo de fascículos a serem publicados anualmente. Parece-nos equivocado classificar editoras segundo essa lógica. Uma editora deveria ser classificada segundo **o conjunto da sua produção** e não por ter editado, “*no último triênio*”, “*seis ou mais livros da área*”. Por essa razão, cabe enfatizar a **diferença qualitativa entre os sistemas** de classificação *Qualis-Livros* e *Qualis-Periódicos* no que diz respeito ao número de publicações por período. Em decorrência, se faz sentido que a classificação *Qualis-Periódicos* seja “*temporária, passível de ser atualizada ou revista*”, dada a natureza desse tipo de publicação, não faz sentido que a classificação *Qualis-Livros*, com base na qualificação de editoras, seja temporária e passível de ser atualizada ou revista, segundo o mesmo molde. A classificação de editoras, exatamente por considerar o conjunto da produção de cada editora, deve, ao contrário, ser revista em períodos mais longos. Se uma editora cessar suas atividades, simplesmente cessam as publicações;
- 2) Ao levantar o número de editoras cujos produtos foram tombados nos acervos da Biblioteca da FSP/USP e no Sistema Integrado de Bibliotecas (SiBi) da USP, nos últimos cinco anos, na área de saúde pública/coletiva, identificaram-se 28 (vinte e oito) editoras universitárias e 53 (cinquenta e três) editoras comerciais. Contatos foram realizados com cinco editoras universitárias (Editora da UnB, Editora da UFRGS, Edusp, Edunicamp e Edunesp). Todas referiram adotar critérios para seleção dos trabalhos submetidos à publicação que incluíam a consulta a pareceristas *ad hoc* e a avaliação por conselho de editores. **É incompreensível que essas editoras não estejam na lista apresentada pela CA/CAPEs**, dado a abrangência nacional dos conteúdos das suas publicações. Mesmo editoras universitárias com foco em questões loco-regionais apresentam uma característica em comum: todas jamais perdem a perspectiva nacional;
- 3) Dentre as editoras comerciais foram localizados, nos acervos da FSP e do SiBi/USP, livros publicados: a) pela Editora AnnaBlume, cuja política editorial contempla uma linha voltada à divulgação de trabalhos acadêmicos

selecionados por conselho editorial. Consta que, desde 2003, esta editora publicou 11 livros na sua linha específica de saúde pública; e, b) pela editora Cortez, cuja principal característica editorial é justamente a veiculação de trabalhos com origem na academia. Ambas editoras publicam, com razoável frequência, títulos da área de saúde pública/coletiva, inclusive em parceria com editoras universitárias (a Edusp, por exemplo). **Ambas, entre outras, deveriam estar na lista** apresentada pela CA/CAPES;

- 4) Ficamos com a impressão de que a lista apresentada na reunião do Fórum de Coordenadores de PPG em Saúde Coletiva, “apenas como exemplo e provisoriamente” **foi, inadvertidamente, interpretada como lista final**, não obstante se reconheça ter sido enfatizado que estamos num momento de um processo que se desenvolverá ainda por um bom tempo, até que o sistema *Qualis*-Livros alcance o estágio atual do sistema *Qualis*-Periódicos. É preciso, contudo, corrigir em tempo o que nos parece uma **insuficiência da lista atual**;
- 5) Parece-nos oportuno, ainda, assinalar a relevância de se distinguirem as editoras entre aquelas que são de **propriedade institucional** (dentre as quais, as universitárias, as de órgãos estatais e as de organismos internacionais) daquelas que pertencem a **particulares**. Embora tenham em comum a produção de um tipo de bem que se destina ao público, **essas empresas têm projetos editoriais distintos**, que podem ser complementares em situações especiais. Essas diferenças deveriam se expressar na classificação *Qualis*-Livros. Distingui-las entre institucionais e particulares nos parece mais apropriado do que simplesmente classificá-las em “públicas” ou “privadas”;
- 6) Editoras reconhecidas por Agências de Fomento à Pesquisa como CNPq, FINEP e Fundações de Amparo à Pesquisa (FAP) deveriam ser adequadamente classificadas pelo sistema *Qualis*-Livro, pois se admite que as FAP são criteriosas ao selecionar e eleger editoras para parcerias editoriais, particularmente no que se refere à publicação de resultados de pesquisas apoiados pelas FAP. No levantamento nos acervos FSP e SiBi/USP foram localizados vários livros publicados por editoras universitárias, com ou sem parceria com outras editoras, apoiados por financiamento de agências de fomento à pesquisa. Maior estranhamento ainda é causado pelo fato de **editoras universitárias terem sido classificadas em categoria inferior a certas editoras comerciais**;
- 7) Livros e capítulos de livros publicados por editoras vinculadas ao Ministério da Saúde e outros ministérios, pela Organização Pan-americana da Saúde, Organização Mundial da Saúde e outros organismos internacionais similares, deveriam ser adequadamente classificadas pelo sistema *Qualis*-Livros. Essas publicações, por terem **origem em editoras institucionais, não deveriam ser qualificadas de modo equivalente às congêneres provenientes de editoras comerciais**. Mesmo que essas editoras publiquem “pouco” isso não deveria ser decisivo na classificação *Qualis*-Livros;

- 8) Como aferir a “distribuição nacional” da produção de uma editora, conforme se indica no documento “*Qualis-livro para a área de Saúde Coletiva – 2007*”? Melhor seria identificar a **presença da produção de uma determinada editora nas bibliotecas vinculadas aos PPG da área de Saúde Coletiva** e classificar a editora em conformidade com a magnitude dessa presença. O levantamento que fizemos nos acervos da FSP e do SiBi/USP reforçam este argumento. Neste sentido, reiteramos que nos parece inadequado um sistema de classificação para publicações não periódicas que seja temporário. Ao contrário, **deve ser cumulativo**, sendo sua atualização feita a longo prazo, não inferior a dez anos;
- 9) Na reunião do Fórum de março de 2007 mencionou-se a dificuldade para avaliar critérios como “grande circulação”. Infelizmente esse critério foi mantido no documento “*Qualis-livro...*”. A que “grande circulação” o documento se refere? Da Editora? De um determinado livro? Está implícito, em decorrência da lógica adotada para o sistema *Qualis-Livros*, que se trata da editora. Mas como avaliar a “grande circulação” de... uma editora? Se “grande circulação” corresponder a “grande tiragem” há vários outros problemas decorrentes, como, entre outros, a variação no número de exemplares de cada obra. Ademais, esse critério **prejudica fortemente a avaliação de editoras institucionais que, de modo geral, publicam sem levar em conta “a circulação” que a obra terá, pois sua missão é de outra natureza**. Acresce, nesse aspecto, que atualmente muitas publicações com origem em editoras institucionais são acompanhadas por versão eletrônica. Estas têm, muitas vezes, circulação até maior do que a registrada pela versão-papel, com a agravante de que essa circulação não é mensurada, a não ser incidentalmente por alguns instrumentos como, por exemplo, o Scholar Google (<http://scholar.google.com.br>);
- 10) A decisão de fixar ao “máximo de 1/3 da produção do programa” as publicações de livros e capítulos de livros, tomada no Fórum de Coordenadores de Pós-Graduação em Saúde Coletiva, pode corresponder ao contrário do que se afirma no documento “*Qualis-livro para a área de Saúde Coletiva – 2007*” (“sinalizando que a área não deseja que se altere a proporção atual da produção na forma de livros/capítulos e artigos em periódicos científicos”). De fato, há risco de, simplesmente, “engessar” uma proporção que pode ser inadequada. **O fato de “historicamente” a área ter cerca de um terço de sua produção em livros e capítulos de livros deveria ser interpretado de forma diversa**. Pode-se argumentar, por exemplo, que, ainda que livros e capítulos de livros não tenham sido historicamente “valorizados” nos processos avaliativos, ainda assim essa produção alcançou cerca de um terço de produção da área. É de se admitir, portanto, que na medida em que o processo avaliativo mude, poderá mudar também essa proporção. Assim, e tendo em vista que a publicação de artigos não deve ser desestimulada, parece-nos conveniente que neste momento essa proporção seja mais bem equilibrada, conforme também assinalado no documento apresentado pelo Abrasco, intitulado “*A avaliação da pós-graduação e o futuro da saúde coletiva brasileira*”. Ao ponderar sobre a importância de buscar o equilíbrio entre as produções que se materializam

na forma de artigos e livros, o documento da Abrasco assinala que “a imposição deste padrão de referência aliena progressivamente os professores e pesquisadores de algumas das nossas sub-áreas, deslegitima seus padrões próprios de produção e induz a adoção de medidas administrativas no interior das instituições de ensino e pesquisa que tendem a marginalizá-los em seus próprios programas, esgarçando relações históricas de colaboração e reflexão conjunta.” Assim, consideramos que a produção em livros sejam monitoradas de modo a poder se flexibilizar este percentual adotado neste triênio.

Tendo em vista essas considerações parece-nos oportuno que, tão breve quanto possível, a CA/CAPES **reveja a classificação de editoras** proposta e atualize a lista que consta da tabela do documento “*Qualis-livro para a área de Saúde Coletiva – 2007*”, de modo a produzir efeitos já para a avaliação do triênio 2004-2006.

São Paulo, maio de 2007.